

**REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA EM AMBIENTE ESCOLAR**

**REFLECTIONS ON VIOLENCE IN THE SCHOOL SETTING**

**REFLEXIONES SOBRE LA VIOLENCIA EN EL AMBIENTE ESCOLAR**

Maycon Silva Aguiar

<https://orcid.org/0000-0003-2998-865X>

Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

E-mail: [mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br](mailto:mayconsilvaaguiar@mn.ufrj.br)

ARTIGO CIENTÍFICO  
Submetido em: 17/11/2023  
Aprovado em: 01/12/2023

## RESUMO

Nas escolas brasileiras, a violência é um problema multifatorial: reflete tanto desafios sociais quanto desafios educacionais e se enraíza, sobretudo, em relações de desigualdade, na desestruturação familiar, na influência de mídias sociais e na violência comunitária. Varia de *bullying* psicológico a agressões físicas graves, afetando a segurança dos envolvidos, a consecussão dos objetivos atrelados ao processo de ensino-aprendizagem e o exercício do magistério. Para combatê-la, é necessário um esforço contínuo e conjunto de educadores, de familiares, de políticas públicas e de membros da comunidade escolar, com estratégias que incluam fortalecimento do apoio socioemocional, promoção da segurança física, formação de professores e efetivação de uma cultura de paz. Investimentos em educação, em saúde e em oportunidades de emprego são essenciais para a oferta de um ambiente escolar mais seguro e, portanto, para o desenvolvimento integral de crianças e de adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência escolar; desigualdade social; *bullying*; políticas públicas; cultura de paz.

## ABSTRACT

In Brazilian schools, violence is a multifactorial problem: it reflects both social and educational challenges and is rooted, above all, in relations of inequality, family disruption, the influence of social media, and community violence. Violence ranges from psychological bullying to serious physical aggression, affecting the safety of those involved, influencing the objectives linked to the teaching-learning process, and impacting the exercise of teaching. To combat it, a continuous and joint effort by educators, family members, public policies, and members of the school community is necessary. This effort should involve strategies that include strengthening socio-emotional support, promoting physical safety, teacher training, and the implementation of a culture of peace. Investments in education, health, and employment opportunities are essential to offer a safer school environment and, therefore, to support the integral development of children and adolescents.

**KEYWORDS:** school violence; social inequality; bullying; public policies; culture of peace.

## RESUMEN

En las escuelas brasileñas, la violencia es un problema multifactorial: refleja desafíos tanto sociales como educativos y tiene sus raíces, sobre todo, en relaciones de desigualdad, desintegración familiar, la influencia de las redes sociales y la violencia comunitaria. Abarca desde el acoso psicológico hasta la agresión física grave, afectando la seguridad de los implicados, la consecución de objetivos vinculados al proceso de enseñanza-aprendizaje y al ejercicio de la docencia. Para combatirlo es necesario un esfuerzo continuo y conjunto de educadores, familiares, políticas públicas y miembros de la comunidad escolar, con estrategias que incluyan fortalecer el apoyo socioemocional, promover la seguridad física, capacitar a los docentes e implementar una cultura de paz. Las inversiones en educación, salud y oportunidades de empleo son esenciales para ofrecer un entorno escolar más seguro y, por tanto, para el desarrollo integral de niños y adolescentes.

**PALABRAS CLAVE:** violencia escolar; desigualdad social; acoso; políticas públicas; cultura de paz.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência é um problema multifatorial que assola as escolas brasileiras e se constitui de desafios sociais e educacionais vigentes no país. Para compreender como se manifesta e como impacta o ambiente escolar, é fundamental delinear as características subjacentes a esse cenário, com foco na desigualdade econômica, nos destoantes índices de destinação de recursos públicos em função dos segmentos sociais e na prevalência da violência em comunidades consideradas mais vulneráveis de uma perspectiva socioeconômica.

O surgimento da violência no contexto escolar está associado a uma série de desdobramentos sociais, que se retroalimentam e ensejam um ciclo inescapável de desigualdade social: a formação do Brasil, como Estado e como sociedade, foi marcada pelo favorecimento de alguns segmentos populacionais, à custa da exploração de outros segmentos; disso, adveio uma divisão desequilibrada dos investimentos públicos, que se basearam, durante séculos, nas necessidades dos indivíduos mais favorecidos socioeconomicamente, ampliando seu abismo no que tange aos indivíduos menos favorecidos; com o passar do tempo, o agravamento da desigualdade social, culminando, muitas vezes, com uma ausência total do poder público em espaços ocupados por segmentos menos favorecidos, alçou a violência e outras mazelas à condição de características prevalentes nesses espaços.

Uma pluralidade de expressões demarca a violência no sistema educacional brasileiro, principalmente no componente subsidiado pelo Estado. Todos os membros da comunidade escolar são afetados por isso em alguma medida, mas alunos e professores, alvos e desencadeadores do processo de ensino-aprendizagem, respectivamente, são os atores mais prejudicados, minando o desenvolvimento acadêmico adequado e ampliando a evasão escolar. Fora das instituições escolares, o quadro instaurado perpetua a desigualdade social que o origina, e a superação de seu ciclo se torna mais improvável.

Com o intuito de erradicar a violência escolar, na medida em que seja um problema que extrapole a esfera institucional, agentes públicos, familiares, professores e dirigentes devem combinar esforços e criar estratégias de fomento à segurança física e psicológica e ao apoio socioemocional de estudantes. Nesse sentido, a promoção de uma cultura de paz e de resolução dialógica de conflitos será um primeiro passo eficiente. De acordo com Siqueira (2023), políticas de combate à desigualdade social, quando são implementadas nos contextos escolares, basilares à estruturação da sociedade, previnem episódios de violência e fortalecem as comunidades, o que se reverterá em um melhor desenvolvimento de crianças e de adolescentes.

De modo geral, a violência escolar se articula em torno da seguinte questão: como as instituições de ensino, juntamente com as comunidades e com as políticas públicas, podem abordar e mitigar as causas e os impactos da violência escolar, considerando as interações entre fatores socioeconômicos, familiares e culturais imbrincados nesse fenômeno? A questão centraliza a compreensão, em um primeiro momento, e a intervenção, em um segundo momento, em episódios de violência escolar, com vistas à reversão da falência que ameaça colapsar o sistema público de educação.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Apesar de ser um problema com repercussões globais, conforme explicam Malta *et al.* (2022), a violência escolar se revela com mais ênfase em países com destacados históricos de desigualdade social, como é o caso do Brasil, em que foram vividos periódicos longos de escravização e/ou de segregação de povos não brancos – tipicamente, os de descendência africana e os nativos do território. No, por assim dizer, material genético da sociedade brasileira, estão codificadas, portanto, crenças e práticas simbólicas e não simbólicas de rejeição a manifestações não brancas e não europeias de ser, de se comportar e de conceber o mundo. Cosmogonias e demais elementos típicos de etnias africanas e ameríndias são rechaçados e sufocados, ao passo que o eurocentrismo, por menos coerente e por mais absurdo que isso pareça no contexto de uma sociedade formada a partir da miscigenação de povos, torna-se uma espécie de ideal, ignorando o quanto essa perspectiva é higienista e eugenista.

A garantia de segurança física física e psicológica, que, em tese, indica a ausência de violência (ou a presença de violência em níveis mínimos, pelo menos) está relacionada, diretamente, à manutenção de um ambiente em que respeito, empatia e diálogo são princípios dominantes. Nesse cômputo, não existe espaço para a consideração de variáveis higienistas e eugenistas, as quais, antes, são categorias presentes na ideologia de quem as propõe, não categorias atestadas, empiricamente, nos segmentos sociais nos quais são identificadas. A biologização de características étnicas funciona, na realidade que experienciamos, como um procedimento de justificação de práticas contrárias à dignidade da vida humana; e deve ser combatida, conquanto seja uma vertente velada e institucionalizada de violência, à luz de processos de ensino-aprendizagem promotes dos requisitos mais básicos de uma sociedade mais equânime e mais pacífica (respeito, empatia e diálogo).

É fácil visualizar que a violência compromete o desempenho e o desenvolvimento de alunos e o exercício do magistério por professores; menos óbvia, no entanto, é a percepção de

como implica a estrutura escolar como um todo, o que representa, de médio a longo prazo, o fracasso dos objetivos perseguidos no processo de ensino-aprendizagem. Quando os quadros de violência se tornam crônicos, os relacionamentos interpessoais são hostis e, de imediato, restringem a qualidade da participação de alunos e de professores nos processos de ensino-aprendizagem, somando seu peso à circularidade dos eventos de violência e, assim, contribuindo para sua manutenção e para a naturalização de práticas higienistas e eugenistas. Substituem-se os fatores, enquanto se perpetua a lógica do agravamento das injúrias sociais que acozzam a comunidade escolar.

Como se mencionou anteriormente, a violência é uma conhecida causa de evasão escolar. De acordo com Pereira (2019) e com Zimányi (2023), alunos que se percebem inseguros tendem a evitar a escola e têm chances reduzidas de sucesso acadêmico e profissional. A partir de um olhar longitudinal, alunos com desempenho acadêmico e profissional comprometido estão aquém das expectativas sociais e respondem às demandas socioeconômicas de maneira infrutífera. Por essa via, os objetivos do processo de ensino-aprendizagem são testados mais intensamente, o que habilita novos e variados aspectos às discussões em torno da criação de contextos educacionais mais eficientes e em torno da impugnação de ideologias higienistas e eugenistas.

Em geral, instituições escolares estão posicionadas, em função do papel social que cumprem, para oferecer espaços seguros para crianças e para adolescentes vitimados por episódios de violência extramuros. Contudo, o propósito de acolhimento é embaireirado pela ausência de mecanismos válidos de controle da violência, seja a física, seja a psicológica, e, como resultado disso, traumas inéditos são acrescidos à vivência dos alunos. Em vez de, por exemplo, servirem aos alunos possibilidades de sobreviver à violência doméstica, as escolas podem interpor-se ao seu desenvolvimento pleno como espaços em que lidarão com *bullying* e com ações violentas semelhantes.

Está clara, portanto, a ideia de que a construção e a popularização de estratégias de controle da violência são demandas urgentes das instituições escolares públicas brasileiras. Programas como o Zero Violence Brave Club (Roca-Campos *et al.*, 2021) demonstram que intervenções públicas, civis e mistas bem planejadas e bem executadas são significativas para desmoronar os fundamentos dos ciclos de violência, permitindo que a promoção de ambientes escolares, de práticas pedagógicas e de processos de ensino-aprendizagem seja viável. Mais imediatamente, a segurança e o bem-estar de alunos e de professores melhoriam, à medida que as sementes de uma sociedade menos desigual são lançadas.

Dentre as causas mais comuns de violência escolar, selecionei e foquei, em maior medida, as desigualdades inerentes à sociedade brasileira. Analisando essa afirmação, percebe-se que, no Brasil, os maiores índices de violência se reservam às áreas mais carentes socioeconomicamente, o que favorece a conclusão de que a ausência de políticas públicas é um estado de coisas atingido a partir de uma negligência histórica e generalizada quanto à atenção às necessidades de comunidades em situação de vulnerabilidade. No seio dessas comunidades, a violência não é uma causa da ausência da mão do Estado, como os partidários de visões ideológicas de extrema direita (mais alinhados com tendências higienistas e eugenistas, embora isso não seja uma regra) costumam defender, para os quais, por existir violência, encarando-a como elemento primitivo da relação de causa e de consequência, impossibilita-se o estabelecimento de programas de assistência social. A realidade, para mim, opõe-se a essa visão diametralmente, visto que avalio a violência como sintoma da omissão estatal, cujos efeitos condenam gerações de indivíduos a buscar a sobrevivência em condições próximas à sub-humanidade ou de total sub-humanidade, incluindo a relativização do direito à educação em virtude da presença de violência nas instituições escolares.

Nesse sentido, se estudantes provenientes de contextos com marcada vulnerabilidade e, de acordo com minha lógica, com índices elevados de violência reproduzem, no decorrer de suas experiências em instituições escolares, as formas de violência física e psicológica de que são alvos em seu cotidiano, não devem e não podem ser considerados agentes causadores de violência, seja qual for o nível, e tratados como se delinquir fosse seu pendor natural; essa condição é inegociável. Como a violência é tomada como consequência de políticas públicas omissas e de concepções político-ideológicas higienistas e eugenistas, estudantes violentos são, também, consequências desagradáveis dos fatores de sub-humanidade aos quais são submetidos diariamente e, portanto, são, também, vítimas da violência que reproduzem.

A influência do contexto familiar é outra instância que medeia o comportamento agressivo de estudantes e a (ausência) de atuação estatal em comunidade em situação de vulnerabilidade: as famílias, primeiros grupos de socialização dos indivíduos, são um nível anterior ao das instituições escolares e testemunham, em igual medida, a reprodução da violência identificada nos contextos sociais em que se radicam. Tanto a família tende a reproduzir as práticas de violência aos quais se sujeita, quanto os estudantes, por sua vez, costumam reproduzir, nas instituições escolares, as práticas de violência sofridas no âmbito da família e no âmbito social. As camadas de reprodução dos impulsos de violências são inúmeras e densas, e os indivíduos que os praticam, para ser conduzidos a comportamentos mais cidadãos

e mais condizentes com os princípios de dignidade humana, não podem, de modo simplista, ser taxados de irrecuperáveis e penalizados por ações que reproduzem por ter sido excluídos, sistematicamente, das oportunidades reservadas a uma menor parcela da população, julgada, dessa perspectiva, privilegiada em relação às demais parcelas.

Nos casos em que, nos ambientes domésticos, a violência, o abuso de substâncias psicoativas legais e ilegais e a negligência substituem o respeito, a empatia e o diálogo, espelhando a realidade do contexto social circundante, crianças e adolescentes apresentarão uma tendência maior à normalização de comportamentos agressivos nos ambientes escolares, terceirizando a tarefa de lhes ensinar a controlar as atitudes novas à convivência em sociedade e de se autopreservar para professores e para demais membros da equipe pedagógica. Uma das maiores demandas pedagógicas atuais é, pois, a por professores que assumam uma dupla função no processo de ensino-aprendizagem: além da de mediar as atividades didático-pedagógicas, para que os estudantes sejam capazes de trabalhar habilidades e competências autonomamente, devem incumbir-se de lhes apresentar os ideais morais e cívicos que, porventura, tenham-lhe sido negados pelo contexto socioeconômico de que se originam. Essa é uma maneira equívoca de romper o ciclo de desigualdade social e de violência que impede a uma parcela considerável de brasileiros o acesso a condições plenas de vida.

Consequências comuns da violência escolar são, para estudantes, o desenvolvimento de transtornos mentais graves, caso da ansiedade, da depressão e do estresse pós-traumático, de que, dificilmente, conseguirão livrar-se ao longo da vida adulta. Atravessando seus desempenhos acadêmicos, a violência poderá afetar suas relações interpessoais e de aumentar o risco de envolvimento com atividades criminosas e de comportamentos antissociais. Para professores e para outros participantes da equipe pedagógica, a violência escolar resulta em estresse, em estresse crônico e em, como tem-se tornado frequente, abandono da profissão. Separadamente e conjuntamente, as consequências da violência escolar para estudantes e para professores são obstáculos notáveis ao alcance dos objetivos incutidos na educação pública brasileira e podem precipitar o colapso das políticas públicas educacionais se não for combatido com veemência.

Quando se analisam alternativas de erradicação da violência escolar, devem-se conceber abordagens holísticas adequadas aos fatores apresentados e discutidos até este ponto, que são variados e divergentes. Retomando o argumento de que professores necessitam desempenhar dupla função, atuando como docentes mediadores e como preceptores de comportamentos morais e civis ajustados às expectativas sociais, ações de educação socioemocional, orientadas

ou não à construção de programas mais amplos de educação, podem ser implementadas na convivência dos estudantes. Empatia, autocontrole e resolução pacífica de conflitos são habilidades que professores são capazes de mobilizar em prol da sedimentação de ambientes escolares isentos de violência e permeados de colaboração.

A proposição de ações e/ou de programas de educação socioemocional pode ser enriquecida com a participação de pais e de responsáveis pelos estudantes e de outros membros da comunidade escolar. À medida que pais e responsáveis se engajam, ativamente, na vida escolar de crianças e de adolescentes, as práticas morais e civis são favorecidas, gerando impactos positivos tanto para o contexto escolar quanto o contexto não escolar. A redução dos índices de violência é um dos resultados mais óbvios, mas existem outros, como melhora da percepção de problemas sociais e da consciência de classe.

Igualmente, investir em formação continuada de professores é outra abordagem eficiente de combate à violência escolar. Como se pode viabilizar, por exemplo, o desenvolvimento de ações e/ou de programas de educação socioemocional, uma vez que esse, ainda, é um tema pouco ou nada explorado nos modernos cursos de licenciatura? Isso dependerá, portanto, de capacitação adequada em relação ao tema, processo que deve ser estimulado por políticas públicas específicas, tanto as de oferta de formação quanto as de valorização docente. Professores mais bem preparados para ensinar seus alunos a avaliar e a resolver conflitos contribuem, diretamente, com a progressiva redução das taxas de violência escolar.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de ser breve, a discussão empreendida neste artigo centraliza os tópicos mais relevantes concernentes à violência escolar e expõe reflexões válidas a respeito de como esse problema pode ser mitigado. Dos argumentos explorados, o mais proeminente é o de que a violência escolar é um sintoma de problemas sociais mais graves; se provoca problemas sociais, fá-lo secundariamente, em um momento posterior ao de ser estabelecido como agravo da desigualdade social. Redimensionar o modo como a violência é encarada de causa a sintoma sustenta a premissa de que o processo de ensino-aprendizagem é atravessado por práticas vigentes nos contextos sociais, reorientando as alternativas direcionadas à consolidação de instituições educacionais pacíficas e favorável ao pleno desenvolvimento dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. O. B. G. Diferentes tipos de violências contra o professor no ambiente escolar: causas e consequências. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.35265/2236-6717-227-12293>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MALTA, D. C. *et al.* *Bullying* entre adolescentes brasileiros: evidências das Pesquisas Nacionais de Saúde Do Escolar, Brasil, 2015 e 2019. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.6278.3679>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROCA-CAMPOS, E. *et al.* The Zero Violence Brave Club: a successful intervention to prevent and address bullying in schools. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 1-15, jul. 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.3389/fpsy.2021.601424>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SIQUEIRA, J. A importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma análise do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil. **Revista Metodologias e Aprendizado**, v. 6, n. 11, p. 407-414, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/download/3523/3265>. Acesso em: 20 nov. 2023.